

9 de Março 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 199  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



NOVA 'GUEERA DE PREÇOS' AFUNDA PETRÓLEO

# 'Tempestade perfeita'

**ANÁLISE.** Numa única sessão nos mercados internacionais, o petróleo que serve de referência às exportações angolanas quedou abruptamente 30% para os 31 dólares, esta segunda-feira. Os sinais de alerta passaram para o vermelho, porque o novo preço ficou 24 dólares abaixo da referência inscrita no Orçamento Geral do Estado em exercício. Para já, oficiais do Governo dizem ser "prematura", mas analistas antecipam-se a descrever o cenário "dramático" que se segue. **Págs. 8 e 9**

NOVAS DENÚNCIAS

## Arrastos continuam na costa angolana

Vários armadores denunciam a persistência de várias embarcações operadas por cidadãos chineses na pesca de arrasto, ao longo da costa angolana. Para os armadores, a prática não só coloca em risco a reprodução, como está a afectar os níveis de captura e de oferta de peixe ao mercado. **Pág. 9**

OPINIÃO

## Preparar África para COVID 19

Pág. 19

EM SEMINÁRIO

## Empreendedores culturais identificam barreiras

Págs. 18 e 19



ALMEIDA PINHO, EMPRESÁRIO

## "Sem zonas francas, a diversificação é uma miragem"

Págs. 4 a 6

IGAPE PROMETE NOVIDADES PARA BREVE

## Dívida da FCKS contraída à Sonangol ainda em reavaliação

**RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS.** Nove meses depois de a PGR ter informado que o Estado deu nova oportunidade aos accionistas da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul para liquidarem a dívida contraída à Sonangol, o Igape assegura que o processo continua em reavaliação. E promete divulgar os "avanços alcançados brevemente". **Pág. 10**

# Editorial

## ‘TEMPESTADE PERFEITA’

**N**o plano estritamente económico, é a pior notícia para Angola e para a governação desde que João Lourenço assumiu o poder, em finais de 2017. Ainda que o Governo e alguns analistas optem, para já, por um discurso cauteloso, a queda histórica do preço do petróleo (cerca de 30% em apenas um dia para os 31 dólares) mina, no imediato, toda a estratégia de governação prevista para este ano, em finais de 2019. Enquanto o Ministério das Finanças e demais agências da governação encerram as portas para projectar os efeitos desta nova guerra de preços, muitos cenários económicos, ainda por admitir oficialmente, já se dão por adquiridos.

A correcção do Orçamento Geral do Estado (OGE) coloca-se, desde logo, na linha da frente. Não sendo expectável um cenário de recuperação que devolva o petróleo próximo ou acima do preço fiscal inscrito no OGE em exercício, o Governo será forçado a cortar na despesa, para acomodar a esperada redução drástica da receita. Porque é preciso notar que essa queda brusca do preço do crude não terá impacto exclusivo na receita tributária de origem petrolífera. A expectável redução da actividade geral da economia vai deteriorar a capacidade contributiva das fontes fiscais não-petrolíferas, pelo que o Estado poderá contar com menos impostos sobre os rendimentos de singulares e mesmo de

personas colectivas, como o imposto industrial, cuja intenção de revisão para baixo pode ser agora reavaliada. E, quando se trata de cortes nos custos, a despesa de capital é o alvo evidente, uma vez que a despesa corrente cobre compromissos mais inflexíveis. Há mais: porque a reestruturação da dívida é um processo, em teoria, mais complexo de negociar, na despesa de capital o investimento acaba por ser o elo mais fraco. E se nos lembrarmos que o OGE reserva apenas pouco mais de 2,1 mil milhões de dólares para essa rubrica, qualquer corte substancial aqui significará que o Governo ficará praticamente em gestão corrente ao longo do ano, ou seja, simplesmente a pagar salários.

O kwanza é outra das presas fáceis que fica seriamente ameaçada. Porque a confirmação da quebra de divisas reduzirá naturalmente a capacidade de intervenção do Banco Nacional de Angola, o que deverá precipitar o agravamento da perda do poder de compra, a consequente queda no consumo, contra o aumento continuado dos preços. É uma espécie

de ‘tempestade perfeita’ que, como se usa dizer à moda angolana, vai exigir muita oração.

A liderança do país tem, entretanto, outras ferramentas que podem minimizar os efeitos da ‘desgraça’ do petróleo. Mas isso requer coragem política e, sobretudo, visão de Estado que sobreponha definitivamente os interesses de todos aos apetites de grupos. O Governo tem de perceber, por exemplo, se não é tempo de negociar e desamarrar muitas pessoas com capacidade de investimento, mas que se mantêm retraídas por causa do ‘ensaio sobre a teoria geral do medo’, aplicado por João Lourenço. Porque uma das verdades que não vai sendo dita com precisão é que o controverso combate à corrupção e à impunidade gerou ondas de choque que afugentaram até gente que eventualmente não tinha nada a temer. Há dúvida? Recordemos a inesperada crítica da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, segundo a qual a luta contra a corrupção em Angola encapota mesmo vinganças pessoais e muita confusão.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao



# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



### Arnaldo Calado,

presidente da Confederação das Câmaras de Comércio e Indústria de Angola (FCCIA)

#### Que vantagens aponta com a criação da FCCIA?

Com 26 filiados, a federação surge para congregar empresários, ideias, conhecimento e experiências. Existem várias associações empresariais que têm o apoio do Estado, mas a união entre estas organizações beneficia o país, numa altura em que o mundo atravessa mais uma crise.

#### Do coronavírus?

O mundo nunca mais será o mesmo depois do coronavírus. Então, precisamos de encontrar estratégias diferentes e uma dessas é a unidade. Precisamos de puxar todos para o mesmo lado e a missão da federação é justamente esta.

#### Mas para a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA), a denominação (FCCIA) levanta confusão...

Não consigo encontrar onde é que está o problema, honestamente. Quem dá as denominações é o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. E nós temos a denominação dada pelo Ministério. Está em Diário da República, escriturado e registado. A outra câmara também tem. Portanto, eu não vejo problemas: uma é federação das câmaras de comércio e indústria, a outra é câmara de comércio e indústria. Para mim, é um não problema.

**18**  
**TERÇA - FEIRA**  
O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos abre um concurso público para pessoas singulares ou coletivas, para a contratação de três avaliadores independentes de diamantes brutos, que deverão intervir na classificação, avaliação e determinação dos preços base de venda.

**19**  
**QUARTA - FEIRA**  
A Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) apela ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos a anulação da denominação e consequente alteração da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria de Angola (FCCIA), “por estar a confundir os associados”, uma vez que se parece com a outra.

**20**  
**QUINTA - FEIRA**  
O governador do BNA, José Massano, reúne com os grandes importadores de bens alimentares, para perceber a razão da evolução do preço grossista dos produtos da cesta básica que, em Janeiro e Fevereiro, registaram variação acumulada de quase 5%.



**17**  
**SEGUNDA-FEIRA** O ministro dos Transportes, Ricardo D'Abreu, garante estar a trabalhar com empresários holandeses na construção da cadeia logística do país, para permitir que a produção nacional possa chegar a um dos maiores importadores de produtos agrícolas do mundo.

**21**  
**SEXTA - FEIRA**  
Angola e as Nações Unidas assinam acordo quadro de cooperação de investimento, avaliado em 265 milhões de dólares, no período de 2020-2022, nas áreas económica, social e política. O quadro de parceria já conta com cerca de 50% do valor previsto.



**15**  
**SÁBADO**  
A Sodiam informa que as receitas fiscais da comercialização de diamantes registaram um aumento de cerca de 41,6%, nos últimos dois anos. E ainda que o crescimento médio anual da receita bruta foi de 8,5% quando, entre 2016 e 2017, foi de 2,3%.



**16**  
**DOMINGO**  
A consultora EXX África acredita que Angola só vai conseguir aumentar as receitas através de ajuda financeira multilateral ou venda de activos petrolíferos, depois da recusa dos EUA em aumentar o envolvimento financeiro.



## COTAÇÃO



### PETROLÍFERAS COM RECUOS ÓBVIOS...

Não poderia ser diferente. As acções das principais petrolíferas mundiais terminaram o primeiro dia da semana no vermelho como consequência da queda brusca do preço do petróleo. As da brasileira Petrobras, por exemplo, caíram perto de 30%, enquanto a francesa Total viu as suas acções recuarem 16,6%. Já as acções da Chevron, BP, Gazprom recuaram 15,37%, 19,48% e 4,91%, respectivamente. Por sua vez, a norueguesa Equinor teve as acções a recuarem 18,32%.



### ... ARRASTAM BOLSAS MUNDIAIS

A crise dos petróleos arrastou consigo as principais bolsas mundiais. Por exemplo, na Ásia, o índice Nikkei, Japão, registou uma queda de 5,07% a 19.698,76 pontos, algo que não acontecia desde Fevereiro de 2018. Já na China, o índice Hang Seng de Hong Kong recuou quase 3,7%, a Bolsa de Shenzhen retrocedeu 2,86% e a de Xangai mais de 3%. Na Europa, o cenário não foi diferente com os índices a recuarem para os mínimos de há oito meses.

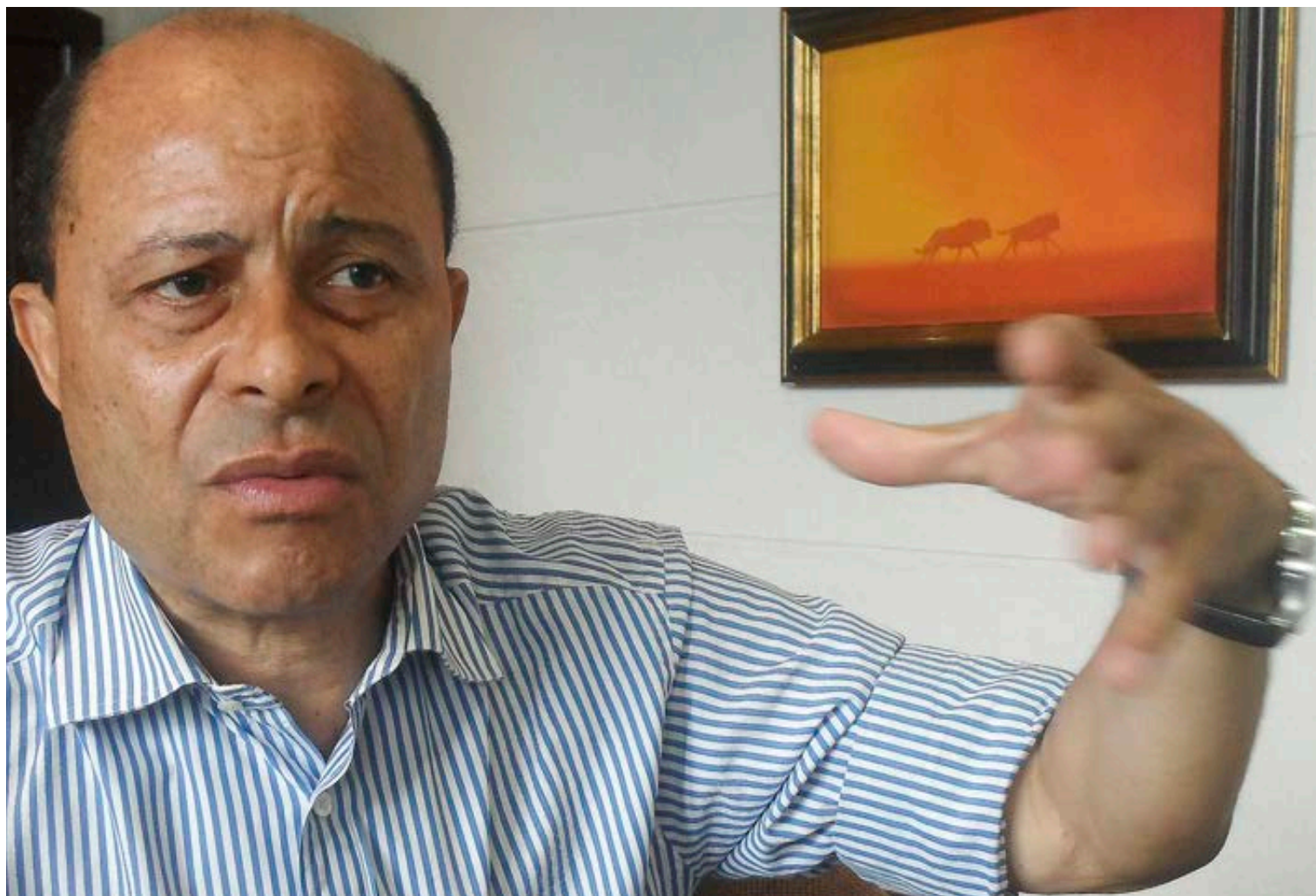


# Entrevista

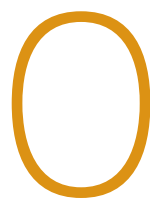
ALMEIDA PINHO, VICE-PRESIDENTE DA COOPERATIVA 'AURORA IMPULO' DE QUILENGUES

## “Se o desenvolvimento começa nos municípios, nós apostamos nas zonas francas”

Tem a convicção inabalável de que a diversificação económica “só é possível com o avanço das zonas francas”, que considera importantes para atrair investidores e dinheiro fresco. Sobre o combate à corrupção, o empresário acha que “é um problema da justiça”, pelo que “não devemos perder tempo com isso”. E acrescenta: “porque não produzimos nada e o desemprego está muito acentuado”.



Por Júlio Gomes



**Conselho de Ministros analisou recentemente a proposta de lei sobre zonas francas. O que tem a dizer?**

Em nome da cooperativa, tivemos o privilégio de ser chamados pela AGT para darmos as nossas ideias ao esboço que deu origem à proposta levada

à apreciação do Conselho de Ministros. Portanto, prestámos o nosso contributo.

**Zonas francas, num país em crise?**

O país precisa disso, como do pão para a boca.

**O que isso significa?**

A nossa cooperativa sempre defendeu a necessidade de o país ter zonas francas. Vai daí a proposta que inicialmente remetemos ao chefe do Executivo em 2018. Agora que já existe uma proposta de lei, significa que

estamos no bom caminho.

**Até que ponto?**

As zonas francas é que vão impulsionar a economia, ou seja, sem elas, o sonho da diversificação económica é uma miragem.

**Porquê?**

Elas conformam um conjunto de unidades industriais que terão de produzir quase tudo de que o país necessita. Vão reduzir substancialmente as importações e aumentarão as exportações.

**E quantas são necessárias?**

Duas são suficientes, cada uma com 350 unidades industriais. Teríamos uma em Quilengues e outra em Cabinda, esta para absorver os mercados do Congo Brazzaville e da República Democrática do Congo.

**Porque Quilengues?**

Devido ao incentivo ao comércio interno, tanto de serviços, como de hotelaria, restauração, resorts, para que quem vier por via aérea, terrestre ou marítima, entre e não fique na fronteira.

**Portanto, teriam de ser ins-**

**taladas necessariamente no interior...**

Este é um dos pressupostos essenciais, porque o comércio tem de sair beneficiado. Por isso é que a zona franca tem de ficar a 600 ou 1.000 km no interior. Assim, quem vem é obrigado a entrar mesmo no país, consumir combustível, medicamentos, visitar resorts, lanchonetes, enfim, fazer turismo.

É tudo integrado porque quem aterrar na capital, Luanda, terá de apanhar um carro, para fazer compras em Quilengues, ou barco, até ao Lobito. Se a zona



“*Sempre defendemos a necessidade do país ter zonas francas. Daí a proposta que remetemos ao Chefe do Executivo em 2018.*”

franca estiver implantada na fronteira, o visitante compra e regressa.

**É também uma forma de descongestionar Luanda?**  
Exactamente!

**Que outros ganhos possíveis?**  
Vamos melhorar bastante a operacionalidade dos portos do Lobito e do Namibe, bem como do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) e de Moçamedes (CFM). Como vê, vamos tirar a pressão sobre a capital, Huambo, Benguela, Bié e Cunene, para o centro. Ou seja, o eixo Benguela/Huíla vai desenvolver-se porque não tem comércio. Ou melhor, não há nada ali, está tudo vazio. Logo, é preciso tirar pressão dos grandes centros urbanos para desenvolver o interior.

**Em Benguela, foi lançado um complexo industrial orçado em 600 milhões de dólares para reduzir em 60% a importação de alguns produtos agro-pecuários como farinha de milho, trigo, açúcar, soja, feijão, arroz e carnes. É um bom arranque, não?**  
Não!

**Porquê?**  
Não, porque não é o que pretendemos.

**Então, o que perseguem?**  
Pretendemos fazer a diversificação da economia, trazendo multinacionais. Tem de haver empresas micro, médias e de grande porte, para que se possa ter preços competitivos dos produtos.

**Qual será o valor desse investimento todo?**  
Na zona franca, estamos a contar com um investimento directo de 2.000 milhões a 3.000 milhões de dólares. Aliás, se não for zona franca, não interessa. E não vale a pena estarmos com esses pólos.

**Os pólos de desenvolvimento industrial?**

Qual é o seu valor? Há dois anos, qual é o investimento que entrou em Angola? Não é significativo!

**Os pólos nada representam?**  
Nós, na zona franca, vamos criar 150 mil empregos. O empresário, quando vem para um parque industrial, é porque tem



Mário Mijangos © VE

um problema a montante, ou a margem de lucro é maior. Mas isso é uma coisa mais complexa e sensível.

**Pode explicar?**

Gostaria que sublinhasse isso: na zona franca da China, há um milhão de empresas que resultam

do investimento estrangeiro. Nós só precisamos de 100 mil. Neste momento, o salário mínimo chinês está em 350 dólares, o nosso está abaixo de 100 dólares. O salário médio equivale a 1.050 dólares e o nosso a 100 dólares. Quer dizer que o investidor olha para esses dados porque a zona

*Vamos tirar a pressão sobre a capital, Huambo, Benguela, Bié e Cunene, para o centro. Ou seja, o eixo Benguela/ Huíla vai se desenvolver porque não tem comércio. Está tudo vazio.*

*O ambiente de negócios não está bom porque o BNA e as suas medidas enxugaram o mercado e não há liquidez. Tudo o que é importando está caro.*

*As províncias da Lunda Sul, Lunda Norte e Malange, neste momento, estão com problemas. Parou a economia naquela região. Isso é grave, porque os diamantes estão a sair para a RDC, Zâmbia, e Namíbia.*

do Impulo, município de Qui-lengues, em que um proprietário de farmácia que lá for já não compra um contentor de 20 pés. Compra as caixas de que necessita, paga o imposto de importação e vem de carro para Luanda. Por sua vez, os investidores vão depositar o dinheiro no BNA.

**Falou da construção de um ramal ferroviário a partir da Bibala...**

É uma linha de 35 quilómetros, para carregar a produção de tantalite, um metal raro usado no fabrico de foguetões, telemóveis, computadores, só para citar estes. A mina da Bonga Chivira, a 20 quilómetros de Quilengues, entra já em funcionamento este mês de Março e vai explorar igualmente nióbio, alumínio, ou seja, serão 10 projectos num só.

**Quem vai explorar o negócio?**  
Uma multinacional em parceria com angolanos.

**A mina surge no espírito da zona franca?**

Não. Quando vieram, já estávamos implantados aqui onde temos já adquiridos só para a zona industrial 3.000 hectares, para além de outros espaços projectados para área comercial e de serviços. O único problema é da energia eléctrica que o ministro João Baptista Borges prometeu mas ainda não resolveu.

**O ramal não teria utilidade para a zona franca?**

Será aproveitado, porque as indústrias vão exportar para o mundo inteiro. Os importadores, em vez de irem para a China, virão para aqui. Nós é que temos de trabalhar. O único segredo que existe é que a China, numa fábrica, produz numa hora 1.000 peças e nós angolanos podemos produzir apenas 50, mas, ao fim de dois anos, também poderemos atingir essa meta. É só uma questão de formação.

**Ou seja...**

Ou seja, as empresas que vierem terão de dar formação em quantidade e qualidade. Há alguns quadros que temos de ir buscar. Por exemplo, um grupo de empresários holandeses deseja, desde 2011, avançar com uma

franca tem de ter benefícios fiscais, porque, se assim não acontecer, ele [investidor] não vem. Queremos ser parceiros do Executivo nesta luta da diversificação económica. Só para dar um pequeno exemplo, teremos 80% das indústrias no Parque Industrial da Camucua, na comuna



# Entrevista

## CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

universidade holandesa de agronomia. Temos de aproveitar os momentos.

### Porque a ideia é competir com a China, por exemplo, certo?

Tem de ser. Eles [chineses] não são melhores do que nós. Se não o fizermos, ficaremos parados como país em vias de desenvolvimento. Portanto, o que interessa é ajudarmos o Executivo a diminuir o desemprego, aumentar a nossa qualidade de vida e a nossa juventude formar-se para o futuro da indústria. Temos de ter um início.

### Está optimista?

Estou esperançado. Fomos chamados e posso garantir, com toda a humildade, que dominamos e compreendemos bem o que estamos a dizer. Se o desenvolvimento tem que vir dos municípios, como defende o Executivo, então nós estamos rigorosamente apostados na zona franca de Quilengues e não num pólo. Se sair do papel, posso garantir-lhe que vamos exportar mais do que os petróleos e os diamantes.

### Como?

Gostaríamos, para não sermos exagerados, de ter 5% do que a China exporta.

### Em quanto tempo?

Isso pode ser rápido, num horizonte de ano e meio. Só temos extracção de recursos naturais. Mas, a partir desta altura de grande abertura do PR e da equipa económica, temos de passar da extracção dos recursos naturais para a transformação dos produtos, apostar nos serviços e no conhecimento.

### Há garantias quanto a investidores?

Em princípio, há dois blocos muito virados para nós. O bloco europeu e os EUA. O médio oriente também está interessado. Só para dar um exemplo, na área do ambiente temos inúmeros interessados porque há muita coisa virgem.

Temos o mar, mas importamos conservas de atum, sardinha, bacalhau, tremoços, enfim, precisamos de inverter essa triste realidade. Até mesmo a indústria de diamantes pode ser

‘arrastada’ para a zona franca com uma lei de comercialização mais atractiva.

### A nova Lei não é?

Temos de ir para a Lei de 1992 e não esta que existe agora. É inconstitucional.

### Porquê?

Em 1992 foi aprovada uma lei em que todos os angolanos podiam circular com os diamantes no bolso, mas tinham de vendê-los aqui. Não estou contra a ‘Operação transparência’, foi boa, mas criou-se uma lei em que a Sodiam continua com o monopólio e fechou todas as empresas de comercialização. Não pode ser.

### Como devia ser?

Quando se termina uma coisa é preciso encontrar uma outra solução.

Isso não aconteceu. As províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte e Malanje, neste momento, estão com problemas. Parou a economia naquela região. Isso é grave, porque os diamantes estão a sair para a RDC, Zâmbia e Namíbia. Mas, na lei de 1992, os garimpeiros vinham a Luanda vender. Portanto o controlo dependia daqui. De todas as formas, vamos aguardar pelas adendas à Lei.

### Como vê a política económica do Governo?

A política económica está cor-



*Interessa ajudarmos o Executivo, a diminuir o desemprego, aumentar a nossa qualidade de vida e a nossa juventude formar-se para o futuro da indústria.*

*Não estou contra a ‘Operação transparência’, foi boa, mas criou-se uma lei em que a Sodiam continua com o monopólio e fechou todas as empresas de comercialização.*

*A partir desta altura de abertura do PR e da equipa económica, temos que passar da extracção dos recursos naturais para transformação.*

#### PERFIL

Nascido em 1957, no município de Quilengues, estudou comércio internacional no Brasil. Fala, para além de português, nhaneka “para interagir melhor com as comunidades”. Mas, para o empresário, as valências não dizem tudo. “Não gosto de falar de valências, mas da prática que leva à concretização das ideias”, confessa Almeida Pinho, que olha para as zonas francas como a única ‘tábua de salvação’ para alavancar a produção e aumentar as exportações.

recta. O Prodesi é claro, mas precisa de alguns acréscimos, porque deixou muitos sectores de fora. Mas, no todo, concordo.

### E sobre o IVA?

Tinha de ser implantado em todos os sectores, não como está. O pequeno produtor compra e depois fica com o IVA ‘pendurado’. Onde o vai receber?

### O câmbio está cada vez mais livre e empresas estão a fechar...

Porque não temos nada para exportar.

### Soluções?

Quando se fez a desvalorização, devia aprovar-se imediatamente a lei das zonas francas para ter suporte da produção exportável. Portanto, o contrapeso seriam estas zonas francas que permitiram o encaixe de divisas em força.

### Como avalia a ‘incursão’ do FMI?

É necessária, na medida em que tínhamos ‘maus vícios’. Pelo menos veio um órgão para nos apontar o caminho a seguir. Acabou um sistema, e agora entrou outro correcto.

### E o ambiente de negócios?

Não está bom porque o BNA e as suas medidas enxugaram o mercado e não há liquidez. Tudo o que é importando está caro. Por isso é que há necessidade de encontrarmos saídas rápidas para o aumento da produção e da produtividade.

### Num país ‘infestado’ pela corrupção...

Deixemos o que é da justiça para a justiça. Não devemos parar e perder tempo com isso. Hoje as estatísticas do desemprego são muito elevadas. Até porque os números estão desencontrados.

### Estão na ordem de 31%?

É muito mais que isso. Só a Odebrecht mandou 22 mil funcionários para a rua, a Metroeuropa, 16 mil, para além da 7Cunhas, MotaEgil, Texeira Duarte, os números são expressivos. Portanto, se não fizermos as indústrias da forma como estamos a dizer, não teremos hipóteses. E o Governo tem de olhar para isso como da água para beber. Precisa-se disso com urgência, enquanto os privados estão à espera para entrar, investir e dar emprego.



zap vivo





 **BAI**  
**DANÇA**  
com **RITMO**

**GALAS EM DIRECTO**

**SÁBADOS • 21:00**

**APOIO AO CLIENTE:**  
935 555 500 | [apoio.cliente@zap.co.ao](mailto:apoio.cliente@zap.co.ao)  
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: [www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao)



# Economia/Política

CRUDE AFUNDA, PRESSIONADO POR NOVA 'GUERRA DE PREÇOS'

## Crise petrolífera coloca Angola em risco de default

**ANÁLISE.** Orçamento Geral do Estado foi projectado com barril a 55 dólares com cerca de 60% das receitas reservadas para o pagamento da dívida. Crise na OPEP abre discussão sobre a continuidade do cartel.



Por César Silveira

**A**lerta vermelha para as economias petrodependentes como é o caso de Angola. Não houve consenso, na reunião da última sexta-feira, 6.03, entre a OPEP e os aliados. E, como consequência, o preço do petróleo, que já vinha sendo empurrado para baixo pela pandemia do coronavírus, registou uma queda de cerca de 30%, estando a ser negociado na casa dos 30 dólares, mais de 20 dólares abaixo dos 55 dólares con-

siderados na elaboração do Orçamento Geral do Estado de 2020.

A situação exige a revisão orçamental na opinião do analista Flávio Inocêncio, salientando ser “imprescindível uma reunião de emergência e uma revisão orçamental que tenha como base o novo normal do preço do petróleo”. E alerta para o risco de default (incumprimento no pagamento da dívida).

Inocêncio defende a necessidade de o Governo “preparar-se para o pior cenário” com preços abaixo dos 30 dólares o barril. “Neste momento, onde cerca de 60% das receitas são para pagar dívida, uma queda do preço do petróleo, além do default, pode acelerar o colapso da nossa econo-

mia que já vai no 4º ano em crescimento negativo”, analisa.

Quem também perspectiva uma “situação muito complicada e muito difícil de gerir”, em caso de o preço manter-se na casa dos 30 dólares, é o também economista Carlos Vaz que, entretanto, considera “muito prematuro dizer-se que haverá efeito imediato desta redução drástica do petróleo”. “Vai depender da duração desta queda, visto que estamos habituadas à volatilidade do preço do petróleo. Não estamos a falar do preço do ano. Só poderemos falar do impacto se, nos próximos seis meses, não voltar aos preços anteriores. Caso não volte, será muito

### “Não vai haver investimentos em novos projectos de petróleo”

**Como avalia a queda de cerca de 30% do preço do petróleo. Acredita tratar-se de um cenário temporário ou que veio para durar?**

Creio que é um cenário que pode durar até ao final do ano e ir para além desse período. Tanto a Rússia como a Arábia Saudita desejam ganhar quota de mercado relativamente aos produtores de xisto norte-americanos. Tanto a Arábia Saudita como a Rússia têm reservas gigantescas de divisas (500 biliões para a Arábia Saudita e 150 biliões para a Rússia) para aguentar um cenário de preços de crude abaixo de 30 dólares o barril por alguns anos. Para já, será uma estratégia que pode durar até ao final do ano. Tudo vai depender dos factores geopolíticos, como um acordo entre os EUA, pressionado o seu aliado, a Arábia Saudita, uma vez que os produtores de xisto vão ser potencialmente afectados.

**2) No hipotético cenário de a situação ser duradoura, quais seriam as principais consequências para a economia angolana, considerando o actual nível de endividamento, assim como a projecção orçamental com o barril a 55 dólares?**

O Executivo vai ter de proceder a uma revisão orçamental de emergência. O preço base do barril do petróleo vai baixar significativamente e Angola deve preparar-se para o pior cenário com preços abaixo dos 30 dólares o barril. Neste momento, onde cerca de 60% das receitas são para pagar dívida, uma queda do preço do petróleo pode levar Angola a um default (incumprimento) e acelerar o colapso da nossa economia que já vai no quarto ano em crescimento negativo. Importa também referir que Angola é um produtor marginal (com

uma produção de cerca de 1,3 milhões de barris de petróleo por dia) e como tal não tem capacidade unilateral para influenciar o preço de petróleo.

**3) É imprescindível a revisão orçamental?**

É imprescindível uma reunião de emergência e uma revisão orçamental que tenha como base o novo normal e preços de petróleo que andam à volta dos 30 dólares. A meu ver, o colapso na procura mundial de petróleo, provocado pelo coronavírus e o excesso de oferta, apontavam já para uma queda do preço de petróleo muito significativa. Com a estratégia de recuperação de quota de mercado da Arábia Saudita e da Rússia, dificilmente os preços vão subir este ano. O orçamento deveria já reflectir esta nova realidade.

**4) Está-se perante um cenário que ajuda ou prejudica a aposta de novos investimentos no sector dos petróleos?**

Num cenário de preços baixos de petróleo, não vai haver investimentos em novos projectos de petróleo ainda que haja muito potencial geológico.

**5) Que leitura se pode tirar da falta de acordo entre a OPEP e a Rússia?**

Uma guerra de recuperação de quota de mercado que visa atingir os produtores de xisto. Não sabemos se haverá acordo num futuro próximo, ambos os países estão preparados para preços baixos de crude no médio prazo.



Flávio Inocêncio, analista



**COMBOIOS DO CAMINHO** de Ferro de Moçamedes voltaram a circular nesta segunda-feira, 9, no troço Lubango/Menongue, depois de interdito em Dezembro, por rompimento pela chuva da passagem hidráulica, causando prejuízos de 30 milhões de kwanzas. A reparação custou ao CFM 210 milhões de kwanzas.

# 30

Percentagem da queda do preço do petróleo depois da reunião da OPEP.



## A tempestade

Na generalidade, os especialistas descrevem um cenário dramático. Destacam, por exemplo, um cenário de combinação entre o aumento do preço dos combustíveis, já anunciado pelo Governo, e o aumento da taxa de câmbio, provocada essencialmente pela escassez de divisas, esta impulsionada pela redução do preço do petróleo. Um binómio perfeito para, por exemplo, reduzir ainda mais o poder de compra da população, visto que “o Governo para compensar a diminuição da receita vai ao bolso do cidadão”, como sublinha Pedro Godinho. Oficiais governamentais contactados pelo VALOR tanto dos Petróleos como das Finanças consideram “premature” adiantar o que será a estratégia do Governo, visto que se está a analisar a situação.

complicado garantir a gestão macroeconómica do país.”

Por sua vez, Pedro Godinho, empresário com interesse nos petróleos, não tem dúvidas de que o preço do petróleo rondará entre os 30 e os 40 nos próximos cinco e/ou seis anos por isso apela para a criação de “um gabinete de crise de emergência porque o país vai entrar mesmo em crise”, e insiste na necessidade de o país apostar com urgência em outros sectores, visto que o “petróleo já deu”. “A saída desta crise, a única saída é investir no turismo”, argumentou, salientando que “a organização mundial do turismo estimou que em 2018, a média de gasto dos turis-

tas nos países é de 1.040 dólares e em Angola a média é de 2.500 dólares”.

### FIM DA OPEP

A crise instalada entre a OPEP e os aliados, liderados pela Rússia, levanta questões sobre a continuidade do cartel e Pedro Godinho acredita que o fim da organização “está próximo porque vai chegar a um ponto em que nenhum país vai aceitar fazer cortes devido à sua balança de pagamentos”. “A OPEP está condenada ao fracasso, tem pouco tempo de vida”, insiste, defendendo a saída do país do cartel. “Mesmo Angola, quando os níveis de produção começa-

rem a ultrapassar as quotas que a OPEP impõe, acredito que o passo seguinte será sair.” Para Godinho, a decisão de sair deveria ser “tomada já e não esperar pelo aumento da produção por ser uma questão de ética”. “Antes de chegar a hora de nos impor o corte, devemos sair já ou pelo menos suspender. Nesta reunião se chegasse a acordo, estaríamos a prejudicar os interesses do país. Temos de pensar seriamente na saída”, apela.

No entanto, Flávio Inocêncio tem outro entendimento, considerando “uma falsa questão” a continuidade ou não de Angola na organização. “Angola pode sair da OPEP e não terá qualquer efeito prático. O problema de Angola é falta de investimento em novos projectos petrolíferos e um declínio natural de poços marginais. Estando fora da OPEP, arrisca-se a não ter uma voz quando houver decisões relativas a cortes de produção ou aumento da produção que levem a um colapso de preços.”

### O QUE ESTAVA SOBRE A MESA NO ENCONTRO OPEP+

Sobre a mesa, estava a possibilidade de novos cortes, defendida pelos membros da OPEP, posição contrariada pela Rússia que, em Abril de 2019, já tinha dado sinais de pretender abandonar o acordo. Na reunião de Julho daquele ano, decidiu, no entanto, manter o acordo até agora em Março.

Como consequência da falta de acordo, as partes que se aliaram em 2016, com o objectivo de controlar o preço, entraram em guerra pela quota do mercado. As informações dão conta que a Arábia Saudita está a preparar-se para aumentar a sua produção para acima dos actuais 10 milhões de barris/dia e também está a fazer desconto no preço oficial entre seis e oito dólares o barril. A Rússia também já terá dado luz verde para as suas empresas aumentarem a produção.

Angola não está em condições de acompanhar a onda de aumentos da produção, esta que seria a via imediata para diminuir ou compensar o impacto da queda do preço. Aliás, a produção petrolífera angolana esteve sempre abaixo da quota a que tinha direito à luz do acordo, produzindo cerca de 1,3 milhões de barris/dia quando a quota fixada é de 1,48 milhões/dia.

Os operadores solicitam ao Ministério da Pesca e do Mar a implementação de políticas de incentivo.



Mário Mujetes © VE

## ARMADORES MANTÊM DENÚNCIAS

# Arrastos prejudicam oferta de peixe

Por Guilherme Francisco

Os armadores continuam preocupados com os constantes arrastos que se registam na costa marítima angolana, apesar das denúncias reiteradas às autoridades.

Somados às “elevadas despesas” para pôr as embarcações de captura no mar, os arrastos, segundo os armadores, têm contribuído para a falta de peixe no mercado. Por isso, os operadores esperam sentar-se à mesa com o Ministério das Pescas e do Mar para se encontrar uma solução.

Desde Janeiro deste ano, altura em que começou a chover com frequência em algumas zonas do país, o nível de captura, como notam alguns armadores, tem sido “significativamente fraco”, por causa das águas turvas, que afugentam os peixes, e pelos arrastos de embarcações operadas, sobretudo, por cidadãos de nacionalidade chinesa. A prática está de volta, depois do interregno causado pela ‘operação transparência’, como denúncia o armador Tiago Chiti. “As embarcações arrastam tudo, usam instrumentos inadequados para a pesca. É impressionante, eles pescam de forma bruta, não precisam de fazer sete dias, voltam no mesmo dia.”

Os arrastos no alto mar, segundo o armador, ocorrem maioritariamente “nas zonas onde os peixes vão desovar”, impossibilitando deste modo a reprodução das espécies. Nos últimos dois meses, Tiago Titi pesca pouco menos de 10 toneladas, sendo que, às vezes, volta à terra firme “sem quase nada.”

Com saudades do tempo em que pescava carapau nas pedras a beira-mar na Ilha de Luanda, Bruno Oliveira afirma não compreender a razão de algumas embarcações persistirem na prática de pesca de arrasto, diante de denúncias feitas por armadores e das operações levadas a cabo pela polícia marítima.

Enquanto isso, na escassez, Oliveira procura equilibrar as contas. Por exemplo, na semana de 28.02, conseguiu apenas cinco toneladas, pelo que teve de aumentar o preço. Ao contrário dos 4.500 kwanzas anteriores, vendeu 28 quilos de peixe sardinha a 7.000 kwanzas, ao passo a mesma quantidade de carapau despachou a 22 mil kwanzas.

Além da redução da oferta, o aumento dos preços é também justificado pela subida das despesas operacionais. De Janeiro a final de Fevereiro, por exemplo, Tiago Chiti teve de desembolsar mais de oito milhões de kwanzas em combustíveis, alimentação, bónus para os pescadores manutenção. Custos que, como antecipa o armador, tendem a aumentar sem retornos à vista.



# Mercados & Negócios



IGAPE PROMETE DIVULGAÇÃO DE “AVANÇOS ALCANÇADOS” PARA BREVE

## Dívida da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul ainda em reavaliação

**RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS.** No ano passado, entidade beneficiou de uma moratória em nome da protecção dos empregos, ficando a promessa de renegociação dos prazos de pagamentos. Em causa estão 820,5 milhões de dólares.

Por César Silveira

**N**ove meses depois de a Procuradoria-Geral da República (PGR) informar que o Estado decidiu dar uma nova oportunidade aos accionistas da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul (FCKS) para a liquidação da dívida, referente ao financiamento que serviu para a concretização do projecto, o processo continua “em reavaliação”.

Ao VALOR, o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igabe) não só confirma a reavaliação, como

promete para breve a divulgação dos “avanços alcançados”.

A FCKS é um dos vários projetos privados construídos com recurso ao financiamento da Sonangol, beneficiando da Lei de Fomento Empresarial, aprovada em 2003. O documento defendia que as “empresas públicas de média e grande dimensões e com capacidades financeiras adequadas podem, no exercício da sua autonomia gestonária, financeira e patrimonial, receber e negociar propostas de promoção participada ou simplesmente apoiada, de empresas nacionais que se apresentem inseridas nos respectivos sectores de actividades ou negócios de interesse comum”.

A petrolífera terá emprestado cerca de 820,5 milhões de dólares

aos accionistas da FCKS que nunca devolveram uma única parcela do valor, estando, entre os beneficiários últimos, Joaquim Duarte da Costa David e Tambwe Mukaz.

### ‘PERDOADA’ EM NOME DOS EMPREGOS...

A unidade foi a menos visada entre as sete devedoras, cujos processos a PGR tornou público em Junho de 2019. Enquanto os outros tiveram os activos arrestados e ou foram obrigados a pagar imediatamente, os accionistas da FCK beneficiaram de um alargamento para o pagamento da dívida.

O Estado decidiu pela celebração de um contrato de regularização da dívida, em que estariam devidamente salvaguardados os seus interesses e a manutenção dos postos de

# 1,5

Milhões de toneladas, capacidade de produção da FCKS.

trabalho, “tendo em conta o interesse nacional e o facto de a mesma estar em funcionamento pleno”.

Na mesma ocasião, foram visadas as empresas Fábrica de Tecidos (Mahinajethu - Satc), Fábrica Têxtil de Benguela (Alassola - África Têxtil) e a Nova Textang II, em Luanda, tendo-se decidido pelo arresto das mesmas.

Em Agosto de 2019, o dossier

destas unidades ficou resolvido, ao passarem para a tutela do Estado.

As participações das empresas Geni e Lektron Capital no Banco Económico também faziam parte do grupo dos activos visados. Segundo o comunicado, a primeira, pertencente a Leopoldino Fragoso do Nascimento, celebrou um contrato em kwanzas equivalente a 53,2 milhões de dólares, dos quais pagou apenas 23,6 milhões de dólares. Na ocasião, a PGR informou que a Geni assumiu o compromisso de proceder ao pagamento da dívida (29,5 milhões de dólares), tendo sublinhado que, caso não acontecesse, seria instaurado imediatamente “o procedimento cautelar de arresto das referidas participações”. Alguns dias depois, a PGR dava conta que o processo de pagamento por parte da Geni estava em curso.

Em relação à Lektron Capital, pertencente a Manuel Domingos Vicente e Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, que beneficiou do montante de 125 milhões de dólares, a PGR esclareceu que a empresa entregou de forma voluntária as participações sociais ao Estado.

Na altura, foi ainda instaurada uma providência cautelar contra a Suninvest para a “entrega imediata ao Estado das fábricas de medicamentos nas províncias de Luanda e Benguela” e anunciou-se a possibilidade de o Estado ficar com a totalidade da Biocom para a salvaguarda dos possíveis danos provocados pela emissão da dívida soberana para o empréstimo de 210 milhões de dólares por um sindicato bancário, constituído por dois bancos nacionais.

### ... DEVEDOR DO ESTADO E NÃO DA SONANGOL

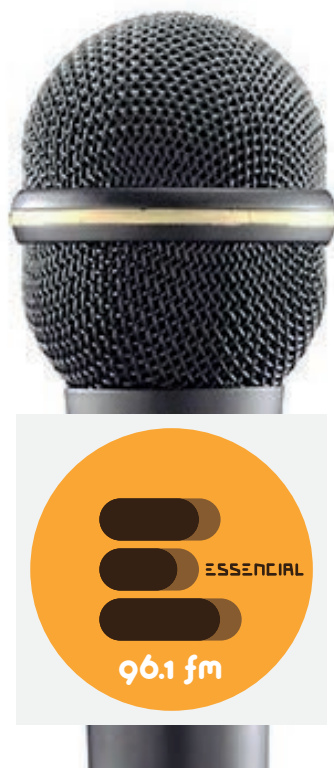
A FCKS tem a particularidade de deixar de constar, desde 2011, da lista de devedores nos relatórios da Sonangol. Na altura, a petrolífera justificou a ausência da fábrica com a transferência da dívida para o Estado, passando então a ser titulada pelo então Instituto Industrial de Angola (IDIA) “por decisão do accionista” da FCKS. Na ocasião, o valor em causa estava fixado em cerca de 41,2 mil milhões de kwanzas.

Fundada em 2003, a fábrica tem uma capacidade de produção de 1,5 milhões de toneladas, mas, até Agosto do ano passado, estava a produzir cerca 450 mil toneladas, ou seja, cerca de 30% da capacidade instalada.



O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm





# (In)formalizando

Muitas famílias em Luanda, e um pouco pelo país, continuam a ter, como alternativa às salas de aulas autorizadas, as chamadas escolas de explicação. É uma espécie de meio-termo encontrado por quem se vê excluído pelas escolas públicas, face à limitação de vagas disponibilizadas pelo Estado, e pelos considerados elevados preços das escolas privadas.

Grosso modo, as escolas de explicação funcionam de forma desorganizada e com vários problemas subjacentes: fraca ou inexistente qualificação pedagógica dos professores, falta de material didáctico e ausência de condições físicas mínimas para o normal desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Ainda assim, várias pessoas, sobretudo jovens, encontram nessas escolas também a saída para a falta de emprego, por isso resolveram arrendar espaços ou transformar quintais em salas de explicação. Em alguns bairros de Luanda, numa única rua, é possível encontrar-se duas ou mais explicações. E as exigências destes serviços também têm crescido, como o uso de batas, o cartão de estudante e a segurança.

Em Viana, no bairro da Caop B, rua da Guarda Passagem, está fixada a 'Explicação Flor da Buba', onde as aulas são por módulos, de acordo com as necessidades de cada aluno. Com 48 alunos, 12 dos quais isentos de quaisquer pagamentos, por conta de dificuldades financeiras dos encarregados de educação, a inscrição aqui custa 500, ao passo que a mensalidade vale mil kwanzas.

Simão Manança, professor e proprietário da explicação, que existe há três anos, conta que o rendimento mensal varia entre os 25 e 30 mil kwanzas, valores que servem para a compra de giz, quadros e alguns bancos. Manança, com curso de formação de professores, pretende, entretanto, evoluir para uma escola participada e retirar as crianças do bairro fora do sistema escolar, uma vez que, na circunscrição, não existem escolas públicas, mas apenas colégios, onde os preços "assustam" os encarregados de educação. "Gosto de leccionar e ajudar o próximo", confessa.



EMPREENDER NA EDUCAÇÃO

## Escolas de explicação cobrem 'faltas' do Estado

**ENSINO.** Oferta limitada de escolas públicas leva à transformação de quintais em salas de explicação. Em troca, encarregados pagam mensalmente pelos serviços, prestados genericamente em condições precárias. Explicações garantem, no entanto, partilharem objectivo comum: ensinar e contornar o desemprego.

Por Raimundo Ngunza

Com quatro professores e 94 alunos matriculados, está a 'Explicação Aprender Crescer', também em Viana, Kapalanga. Aqui lecciona-se da iniciação à 8.ª classe, sendo que até à 5.ª classe a mensalidade é de mil kwanzas. Da 6.ª à 8.ª classe, os alunos desembolsam dois mil kwanzas por mês.

José Dumbo, responsável da explicação, afirma que o ren-

dimento mensal é "traioeiro e variável", oscilando entre os 80 mil a 96 mil kwanzas, tendo em conta que alguns encarregados demoram a pagar as propinas. Na 'Aprender a Crescer', os professores auferem 15 mil kwanzas mensais e, de acordo com José Dumbo, a ideia passa por aumentar o número de salas de aulas e transformar o espaço

numa escola participada.

Na rua Ngola Mbandi, bairro Neves Bendinha, está a 'Explicação Real', que lecciona da 1.ª à 4.ª classe, no período da tarde. Com um total de 50 alunos, as inscrições são 400 kwanzas e as propinas são 1.100 para todas as classes.

Gomes Raul, estudante universitário e proprietário da explicação, conta que a paixão de ensinar

é antiga, mas só em 2018 resolveu abrir a explicação junto com o seu primo Miguel Ndala.

Na comuna do Havemos de Voltar, bairro Golfe 1, está a 'Explicação Tio Manuel'. De manhã, estudam 30 alunos, sendo 15 na 1.ª; cinco na 2.ª e 10 na 3.ª classe, enquanto de tarde acontecem as aulas da 4.ª classe com 12 alunos. As inscrições custam 300 kwanzas e a mensalidade 700 kwanzas. As aulas decorrem em duas salas construídas de forma improvisada com chapas e esteiras.

Manuel João 'Tio Manuel' conta que não procura lucro, mas antes educar as crianças e ensiná-las a ler e a escrever de forma correcta. Em relação às demais explicações, aqui o encarregado não é obrigado a apresentar cédula, bastando que a criança tenha idade mínima de cinco anos.

**EXPLICAÇÃO MAIS COLÉGIO**

Voltando à Viana, no Kapalanga, está a explicação 'Fidêncio & Leonel'. Os dois irmãos decidiram apostar na educação e, em 2008, abriram a explicação com os seus nomes no quintal dos seus pais. Com sete professores, a explicação lecciona da iniciação à sexta classe nos períodos da manhã e tarde, enquanto a noite está reservada ao ensino de adultos (alfabetização). Ao todo, estão matriculados 250 alunos, 18 dos quais no ensino de adultos que desembolsam mensalmente 2.500 kwanzas. Tal como na explicação 'Flor da Buba', aqui 18 alunos também não pagam por dificuldades financeiras dos pais. Quem paga desembolsa, da iniciação à 6.ª classe, mil kwanzas mensais, e alunos são obrigados ao uso de batas, ao porte de cartão de estudante e à constituição de processo individual no acto da inscrição.

O proprietário considera "arriscado" determinar as receitas mensais, uma vez que muitos encarregados de educação "atropelam" os prazos de pagamento das propinas. Assegura, contudo, que não existe dívidas para com os docentes.

Depois de consolidadas as salas de explicação e fruto de alguns investimentos e poupanças, em 2018, os irmãos Fidêncio e Leonel arrendaram um antigo estabelecimento de ensino privado e criaram o colégio... 'Fidêncio & Leonel'. "A nossa missão é prestar melhores serviços a comunidade", explicam.





A EMBAIXADA DA SUÉCIA em Angola tem um projecto de microfinanças para apoiar a mulher zungueira, segundo a embaixadora Ewa Polano que, entretanto, não entrou em detalhes em relação aos valores disponíveis.

REORGANIZAÇÃO DOS MERCADOS AINDA NO 1.º SEMESTRE

# Mercado do 30 será o ponto de partida

**TRANSIÇÃO.** “Preocupado com a dignidade dos vendedores, consumidores e aumento da informalidade”, Ministério do Comércio começa, neste semestre, no mercado do KM 30, município de Viana, Projecto de Reversão do Comércio Informal.



Por Guilherme Francisco

A informalidade cresce a cada dia no país, principalmente em Luanda, por influência do desemprego que subiu no último trimestre de 2019 para 31,8%. Em consequência disso, quase tudo é vendido nos mercados informais e na via pública, incluindo produtos proibidos, sem condições de conservação, expostos ao sol e amontados de lixo. Existem mercados abandonados pelos vendedores que preferem a via pública para a venda do negócio.

“Preocupado com a desorganização”, o Ministério do Comércio,

juntamente com os governos provinciais e a Administração Geral Tributária (AGT), vai, a partir deste primeiro semestre, levar a cabo em todo o país o projecto de Reversão do Comércio Informal, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). A julgar pela complexidade, o ponto de partida é o famoso mercado do KM 30, em Viana, como revelou, ao VALOR, Artur Pinheiro, técnico sénior do Ministério do Comércio (Minco).

Segundo o responsável, neste momento, a equipa do projecto liderado pelo Minco está a traçar o cronograma, com vista a ter o diagnóstico exacto das razões que levam muitos vendedores a abandonar os mercados para vender na rua. Tão logo recebam a autorização será implementado o projecto que visa o controlo da informalidade. “Temos de saber o que se está a passar, se as taxas dos mer-

cados são muito altas, se têm condições de higiene, se existe espaço real para albergar as pessoas. Estão totalmente desorganizados, tem de se reorganizar”, refere.

Artur Pinheiro aponta o dedo às administrações municipais pelo facto de o dinheiro arrecadado em “alguns mercados” não ter como destino a conta agregadora, como é o caso do mercado da Mabunda, tudo porque não criaram uma estrutura funcional. Para evitar a prática reiterada, explica, “vamos acompanhar do ponto de vista operacional, de estrutura, sobretudo, os produtos perecíveis que podem causar danos a população”.

A conclusão do projecto de Reversão do Comércio Informal está prevista para 2022, embora Artur Pinheiro admita a possibilidade de os prazos não serem cumpridos, face ao grau de informalidade no país.

**TRANSCOOP**  
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa





# De Jure

PROPOSTA DE LEI PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS AUTARQUIAS

# UNITA admite acordo com o MPLA em matérias fracturantes

**AUTARQUIAS.** De entre outras, plenária reserva, para 18 deste mês, discussão e votação, na generalidade, das propostas de lei sobre o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos e do Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica.

Por Redac

**A** Unita admite a possibilidade de negociar com o MPLA, o que chama de “matérias fracturantes”, pelo facto de este ter maioria no hemiciclo e dirigir as comissões responsáveis pelo seu agendamento em sede da Assembleia Nacional.

De acordo com o líder da bancada parlamentar do maior partido na oposição, Liberty Chiaka, a proposta de lei mais fracturante de todo o pacote autárquico é a Institucionalização das Autarquias, fundamentalmente na questão do gradualismo.

As propostas de lei sobre o Estatuto dos Titulares dos Órgãos

Autárquicos, do Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica e Especial de Justificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos vão à discussão e votação, na generalidade, na reunião plenária ordinária do parlamento agendadas para 18 deste mês.

Para o líder parlamentar da Unita, o país [só] “não terá eleições autárquicas se não houver a votação final global da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias” e acredita mesmo que “o processo não avança por falta de vontade política e patriótica do MPLA”.

“Não podemos ficar numa indefinição, o país fez um compromisso de realizar autarquias em 2020, mas o calendário institucional está indefinido”, recorda o antigo secretário provincial da Unita no Huambo.

O deputado reitera que, se houver vontade, sobretudo coragem

para se acabar com o impasse, em Abril próximo, poderá ser aprovada essa proposta de lei, que considera fundamental para a realização das eleições autárquicas no país.

“Não se deve condicionar a vontade nacional de realizar eleições autarquias em todos os municípios, para o desenvolvimento harmonioso do país”, rematou.

## MPLA FALA EM “FALSO ARGUMENTO”

O MPLA, por sua vez, indica que atribuir culpas ao seu partido pelo atraso no agendamento de matérias fracturantes é um “falso argumento”, na medida em que o hemiciclo é composto por vários grupos parlamentares.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cunonoca, avança que a proposta de lei está a ser “bem trabalhada e com cautela”, para que possa ser aprovada por unanimidade. “Vamos aprovar essa lei, tendo em conta sempre a cedência, o consenso e o diálogo permanente”, realçou.

De acordo com o deputado do MPLA, para se ter instrumentos de regulação que vão reger esse novo pacote eleitoral, é preciso haver leis seguras, “para que, amanhã, não nos arrependamos, como aconteceu com alguns países africanos que se adiantaram com as autar-



Deputados durante uma sessão parlamentar.



Diplomas legais já foram aprovados, em definitivo, e seis estão por aprovar.

legislativa do Executivo, fazem parte de um conjunto de quatro diplomas, que deram entrada, recentemente, na Assembleia Nacional.

## MAIS PROPOSTAS NA AGENDA

No âmbito do Pacote Legislativo Autárquico, já foram aprovados, em definitivo, oito diplomas legais, sendo que, por aprovar, estão seis diplomas que os deputados têm de concluir ainda no presente ano parlamentar, com vista a criarem as condições materiais essenciais para a realização das autarquias.

Ainda para o dia 18, está agendada a votação final global da Proposta de Lei da Transferência de Atribuições Competências do Estado para as Autarquias Locais, bem como a discussão e votação de cinco autorizações legislativas sobre a Dedução do Prémio de Investimento em sede do Imposto sobre o Rendimento Petrolífero nos blocos 30, 44, 45, 1/14 e zona terrestre de Cabinda.

Estão igualmente marcadas a discussão e votação do Projecto de Resolução para a Ratificação do Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana.

## MEMORIZE

● **As primeiras propostas de lei sobre as autarquias, de iniciativa legislativa do Executivo, fazem parte de um conjunto de quatro diplomas, que deram entrada, recentemente, na Assembleia Nacional.**

quias e, no final, retrocederam”.

Além do pacote autárquico, ressaltou Américo Cunonoca, o país tem outras prioridades que não podem ser adiadas, como são os casos das questões económicas e sociais.

As primeiras propostas de lei sobre as autarquias, de iniciativa





MUDANÇAS DE PARADIGMA PODEM PRODUZIR OPORTUNIDADES

# Como manter o seu negócio à tona em tempos de crise

**ESTRATÉGIA.** Gestão de crise pode parecer continuada no actual ambiente de negócios, no entanto há estratégias que podem ajudá-lo a manter a sua empresa viva mesmo quando as vendas, a produção e as receitas estão em baixa. Se por vezes os contextos de crise obrigam a focar-se no seu 'core business', muitas vezes uma mudança de paradigma pode trazer novo folego. Saiba como reagir e proteger o seu negócio.

## ENTRE ANTECIPAR E ADAPTAR-SE

Esteja atento a mudanças no ambiente de negócios que o

rodeia de modo a perceber como a sua empresa se poderá adaptar para sobreviver e mesmo sair a ganhar com a crise. Reveja

estratégias de mercado, procure novos clientes e reinvente a sua empresa.

## CORTE GORDURAS

Estude o ROI (retorno do investimento) de cada despesa e corte desperdícios, faça reservas de liquidez, aproveite qualquer baixa de preços devida à crise e monitorize o uso do seu tempo e do dos funcionários de modo a eliminar desperdícios.

## FAÇA AUTOPROMOÇÃO

Seja assertivo e eficiente com a promoção do seu negócio. A publicitação dos seus serviços é necessária se vai sobreviver à crise, mas há que encontrar maneiras criativas para não aumentar demasiado o orçamento. Faça networking, envie emails promocionais e contacte

clientes de modo personalizado para se manter presente.

## ESTUDE NOVAS PARCERIAS

Terceirize partes do seu negócio que não lhe trazem receita e consumem horas de trabalho. Estude parcerias com outras empresas que possam trazer novos horizontes e providenciar alívio de caixa ao seu negócio sem o prejudicar.

## INTRODUZA NOVOS PRODUTOS COM RECURSO AO QUE TEM DISPONÍVEL

Reveja o seu processo de produção e faça vistorias ao seu stock com o objectivo de reciclar desperdícios, transformando-os em novos produtos ou novas fontes de receita.

## MANTENHA A QUALIDADE DO SEU PRODUTO

O que o vai distinguir será sempre a qualidade da sua prestação, mas em tempos de crise é fácil haver derrapagens.

Esteja atento a esta tendência e não a deixe tirar o brilho ao seu produto. Se levou tempo a construir a reputação da sua empresa, lembre-se que para a perder é num ápice se deixar que o seu produto se deteriore.

## CUIDE DE SI

Manter o seu negócio em tempos de crise vai exigir muita energia e comprometimento da sua parte por isso é instrumental que tenha saúde e uma atitude positiva que contrarie o ambiente económico cinzento que o rodeia.

Faça exercício, coma saudável e encontre maneiras de gerir o stress e a negatividade com o menor impacto para a sua saúde.



# Opiniões

## T'Leva e a incapacidade da Polícia de entender o país de forma macro



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

empresa não factura e, consequentemente, não paga impostos. Ou seja, no final do dia, estes dias que a empresa fica sem trabalhar significa menos dinheiro nos cofres do Estado.

Algumas vozes poderão argumentar que a calculada redução dos impostos não é razão suficiente para que a empresa actue na ilegalidade. Certo. Mas é verdade que estas medidas desencorajam as iniciativas de formalização da economia, visto que os mentores da iniciativa T'Leva poderiam muito bem apostar na informalidade como fazem muitos outros.

É que, se se limitasse a fazer o táxi na informalidade, dificilmente prenderiam todos numa única sentada como aconteceu agora. E mais: a negociação seria quase sempre feita entre o motorista e os agentes na via. Quantas não são as viaturas que fazem o trabalho de táxi sem as respectivas licenças? Muitas.

Portanto, medidas como a que a Polícia tomou em relação ao projecto T'Leva dão força aos que trabalham na informalidade a manterem-se nestas condições, visto que assim evitam ser vítimas de operações policiais exclusivas. E numa altura em que fica cada vez mais clara a necessidade do investimento privado, inclusive das micro e pequenas iniciativas, é urgente a mudança do modus operandi dos órgãos de fiscalização e afins. É altura de cada organismo deixar de operar de forma micro, focando-se apenas na sua esfera, e olhar para o país de forma macro.

**A** apreensão, na semana passada, de várias viaturas do aplicativo T'Leva é daqueles factos que mostram existir um certo descaso entre os vários organismos governamentais face ao interesse e à necessidade de apoiar-se o empreendedorismo e o combate ao desemprego. A Polícia justificou a acção com a falta de licença de serviço de táxi das viaturas.

Se é verdade que a medida pode ter alguma razão legal, também é verdade que mostra que as forças policiais são incapazes de analisar e escolher o menor entre dois males. A ser verdade que a falta de licença era o único 'crime' da empresa, qual era a dificuldade de notificar-se a empresa no sentido de a mesma legalizar a situação, pagando, se necessário, a correspondente multa?

Não parece que se tratasse de uma tarefa difícil visto que, a priori, a empresa está localizada. Seria uma posição mais racional, considerando o que se perde com as viaturas apreendidas. A



## O paradigma das empresas de telecomunicações



**David Oliveira,**  
Director EY,  
Advisory Services

de mudança nos operadores não é menor, a evolução para redes de nova geração, como o 5G, a utilização / adoção tecnologias tais como inteligência artificial e internet das coisas coincidem com uma competitividade cada vez maior entre operadores e uma regulação progressivamente mais exigente.

Num sector em que o investimento é constante, as fontes de receita decorrentes do negócio tradicional estão fortemente pressionadas por múltiplos operadores instalados e por novos players (OTT – over the top) cujos modelos operacionais diferenciados, com menores estruturas de custo, permitem uma concorrência pelo baixo custo e colocam pressão nas margens.

Face a este paradigma os operadores vêem-se numa posição em que têm de obrigatoriamente repensar o seu modelo de negócio e iniciar um processo de transformação digital que vise não só aumentar a eficiência interna, mas também a identificação e definição de novas fontes de receita e proposições de valor diferenciadas, que sejam agregadoras e que disponibilizem aos clientes uma experiência consentânea com as necessidades individuais de cada um.

Hoje a expectativa dos clientes

extravasa aquilo que é o sector de telecomunicações, eles procuram uma experiência multisectorial que lhes permita concentrar todas as suas necessidades num único local e que lhes proporcionem conectividade, conhecimento e facilidade de acesso a um leque alargado de serviços. A utilização massiva de dados é por isso fundamental para compreender hábitos, comportamentos e tendências que façam com que cada cliente tenha um tratamento personalizado, único. Este facto irá exigir das empresas de telecomunicações um esforço de adaptação a uma nova realidade, que passará pela reinvenção daquilo que é a sua estrutura core, através da adoção de modelos de gestão otimizados, recorrendo, por exemplo, a realidade virtual e aumentada, mas que permitam, também, obter um conhecimento das necessidades dos seus clientes em larga escala, multisectorial.

Neste contexto de evolução e de dirupção proveniente de todos os quadrantes, o sucesso de cada um será ditado pela capacidade de se reinventarem e adotarem uma estratégia digital transversal ao seu negócio, focada no cliente e na otimização das suas operações.

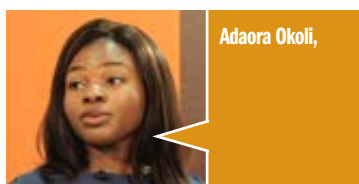
**O** mercado de telecomunicações evoluiu significativamente na última década. Os clientes são cada vez mais sofisticados, exigem um serviço de qualidade em todo o lado e em qualquer momento. Através de smartphones ou outro tipo de smartdevice o consumo de dados para múltiplas finalidades e a velocidade de comunicação é um dado adquirido e fundamental para proporcionar mais e melhores experiências aos consumidores, pois eles assim o impõem.

Se do lado da procura a exigência é cada vez maior, o ritmo



“Os vírus movem-se mais depressa do que os governos ou as recolhas de fundos internacionais.”

# Preparar África para o COVID 19



Adaora Okoli,

O vírus Ébola chegou à Nigéria em Julho de 2014, quando um libiano infectado viajou de avião para Lagos, onde eu estava a trabalhar como médica. Quando foi ao nosso hospital para receber tratamento, estávamos brutalmente despreparados. Na verdade, fiquei infectada, tal como vários dos meus colegas.

Mas pelo menos era um hospital privado com recursos razoáveis, inclusive água corrente e luvas médicas. Além disso, quando suspeitámos que tínhamos um caso de Ébola, o nosso director clínico soube imediatamente que teria de entrar em contacto com os responsáveis do Ministério de Saúde Pública e da Organização Mundial da Saúde. Os ministérios públicos e federais da saúde mobilizaram os recursos de imediato.

No final de contas, foram necessários 93 dias para conter o vírus na Nigéria. Perderam-se oito vidas, inclusive as de alguns dos meus colegas mais próximos. Tive sorte em sobreviver. Mas o surto foi muito mais devastador na Guiné-Conacry, Libéria e Serra Leoa. Com sistemas de saúde frágeis e com poucos recursos, esses países precisavam desesperadamente de apoio internacional para conterem o surto. No entanto, quando esse apoio chegou, foi no geral muito pouco e muito tardio.

Entre Abril e Outubro de 2014, as Nações Unidas mobilizaram 15 milhões de dólares, através do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) para os esforços no combate ao Ébola. Mas, em Agosto de 2014, o custo estimado para conter o surto passou a ser superior a 71 milhões de dólares. No mês a seguir, quando surgiram 700 novos, era de mil milhões de dólares.

Sem financiamento adequado, os hospitais não tinham camas ou unidades de tratamento de isolamento suficientes para todas as vítimas. Com poucas opções, os familiares das vítimas do Ébola desafiavam as



ordens do governo e largavam os corpos infectados, ainda com perigo de contágio, nas ruas.

Por fim, em Setembro de 2014, a ONU criou a Missão de Resposta de Emergência ao Ébola (UNMEER) para intensificar os esforços no terreno e estabelecer outras missões entre países, com “unidades de objectivos”.

Em Dezembro, países e organizações de doadores prometeram arrecadar 2,89 mil milhões de dólares. Mas até essas promessas não funcionaram como planeado: em Fevereiro de 2015, apenas pouco mais de mil milhões de dólares tinham sido disponibilizados.

Essa lacuna não surpreende. De acordo com a Oxfam, os doadores entregam apenas 47%, em média do que prometem para esforços de recuperação e até mesmo esse valor pode sobrestimar a quantia que chega nos países beneficiários. Isto reflecte uma total falta de responsabilidade. Quando as promessas não são cumpridas, as agências da ONU, que lidam com a angariação de fundos, não informam. O resultado é um ciclo vicioso, no qual os atrasos no financiamento permitem que o surto se agrave, aumentando assim o custo total. Quando o Ébola ficou controlado, já tinham passado três anos e os países gastaram quase cinco vezes a quantia que tinha sido prevista em Setembro de 2014. Cerca de 12 mil pessoas morreram.

A história parece estar a repetir-se com o surto de COVID-19, mas numa escala ainda maior. Os países para os quais o vírus já se espalhou contêm mais de metade da população mundial. Quando chegar aos países africanos, que contam com sistemas de saúde débeis, o número de novas infecções poderá disparar, principalmente nas cidades densamente povoadas.

Reconhecendo este risco, o director-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Ghebreyesus, solicitou uma disponibilização de 675 milhões de dólares para preparar sistemas de saúde débeis para lidarem com o COVID-19, entre o momento actual e Abril. No entanto, no final de Fevereiro, a Fundação Bill & Melinda Gates tinha sido a única organização a responder ao apelo, oferecendo 100 milhões de dólares. A este ritmo, um número incalculável de vítimas vai concluir que a ajuda chega demasiado tarde, em África e noutros locais.

O surto de Ébola de 2014-16 fez destacar duas verdades da resposta à crise mundial: a angariação de fundos durante emergências raramente funciona e o CERF, que cobre tudo, de furacões a secas, não consegue resolver o problema. É por isso que deve ser criado um fundo separado de ajuda de emergência focado em surtos de doenças e continuamente reabastecido por países doadores, ONG e agências da ONU.

Isto não é uma questão de caridade, mas sim de auto preservação. Os vírus não respeitam as fronteiras nacionais. Pensei que estava a salvo do Ébola na Nigéria e depois contraí o vírus. Quando os italianos do norte de Itália ouviram falar do surto de COVID-19 em Wuhan, na China, provavelmente nunca esperariam acabar numa situação de isolamento.

Enquanto um país como Singapura pode ser capaz de dar uma resposta poderosa e eficaz às infecções por COVID-19, muitos outros não conseguem. E quando um vírus se espalha para comunidades sem capacidade de contê-lo, mesmo aqueles que têm capacidade podem rapidamente ficar sobrecarregados. Simplificando: ninguém está seguro até que todos estejam.

Os vírus movem-se mais depressa do que os governos ou as recolhas de fundos internacionais. A nossa melhor oportunidade de minimizar os riscos de surto é garantir que um fundo adequado de ajuda de emergência esteja pronto e possa ser mobilizado assim que os riscos surgirem. Se o Ébola não nos ensinou essa lição, o COVID-19 certamente deveria fazê-lo.

**Médica sobrevivente ao ébola; defensora da saúde global, membro da Aspen New Voices Fellow**

**Há seis anos, o vírus Ébola devastou a África Ocidental. Embora o Ébola seja mortal e altamente contagioso, os custos económicos e humanos poderiam ter sido muito mais baixos se a comunidade internacional tivesse fornecido o apoio necessário na altura certa, sem atrasos. Perante um novo vírus de rápida disseminação, COVID-19, os governos e as instituições internacionais correm o risco de cometer o mesmo erro.**



# Marcas & Estilos



Encontro junta responsáveis e fazedores de cultura.

FALTA DE CRÉDITO E AUSÊNCIA DE APOIOS DO ESTADO

## Fazedores de cultura identificam barreiras ao empreendedorismo

**SEMINÁRIO.** Com o propósito de incentivar os fazedores de cultura e arte a empreenderem no seu potencial, Instituto Angolano da Juventude reuniu mais de 400 jovens em dois dias, em Luanda. Empreendedores apontam, entre outros, o favorecimento a minorias, entre as razões que contribuem, sobretudo, para o desemprego.

Por Guilherme Francisco

**R**eclamações dominaram a primeira edição do 'Seminário de Empreendedorismo Cultural', realizado na semana passada pelo Instituto Angolano da Juventude (IAJ), no âmbito da materialização do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, e do Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude.

Entre vários temas, o debate sobre as 'oportunidades de crédito para empreendedores culturais' destacou-se, levando empreendedores, como Cabingano Manuel, a confessarem-se "órfãos de financiamento" tanto privado quanto de recursos públicos.

Empreendedor cultural há seis anos, Cabingano Manuel conta que começou o 'Espaço Aplausos' após enfrentar "constantes perseguições e lutas", com menos de 300 mil kwanzas. "O financiamento é o 'calcanhar de Aquiles' de qualquer projecto, não só cultural", refere o também jovem jornalista, acon-

selhando, entretanto, que não se deve esperar por financiamento para executar uma iniciativa ou materializar um sonho. "O que precisamos fazer, principalmente no domínio cultural, é reunir factores que nos permitam fazer os projectos a baixo custo", recomendou, tendo em seguida lamentado o facto de os bancos não disporem de linha de crédito para o empreendedorismo cultural. "Talvez porque a nossa história recente não tenha trazido o empreendedorismo cultural como uma actividade económica sustentável, mas, se olharmos para outros países, vamos perceber que

há esta preocupação do ponto de vista de financiamento, por isso são grandes economias." Cabingano Manuel cita os exemplos dos EUA, com a Hollywood, Brasil, com as telenovelas, e da Nigéria, com Nollywood. E chama atenção das autoridades para a aposta neste sector, "que é fundamental para o crescimento do PIB e o fortalecimento da identidade cultural".

A sonhar contruir um espaço de cultura e arte com oito edifícios, Cabingano Manuel emprega no Espaço Aplausos 25 pessoas, 20 das quais jovens que têm emprego pela primeira vez. Com uma média anual de 500 alu-

nos, o jovem empreendedor faz "exercícios diários para se manter no mercado", já que grande parte dos rendimentos é proveniente de espectáculos, cuja produção ronda os cinco milhões de kwanzas, valores que considera "bastante onerosos".

Não muito diferente, o escritor Adilson Cassua 'Kiocamba', há mais de cinco anos no meio de muitas dificuldades e sem apoio financeiro, está com os seus sócios a consolidar a Editora Acácias, que já soma 70 livros publicados. "Não há uma aposta na produção do livro para o grupo empresarial privado, há muitas



“ Não há uma aposta na produção do livro para o grupo empresarial privado, há muitas dificuldades para termos acessos ao financiamento. ”



apoio do fundo de apoio cultural. Muitos têm desconhecimento que existe um fundo de apoio cultural. Apesar de ser membro do Ministério da Cultura, não sei quais são os critérios”, lamenta.

A outra questão que inquieta Euclides da Lomba é a “concorrência desleal” existente no mercado angolano, em que instituições, como bancos comerciais e telefonias, cujo objecto social não é organizar eventos, mesmo assim o fazem, quando podiam patrocinar os agentes culturais. Para o músico, o Estado perde muito pela “desorganização existente”, uma vez que “não tem como tributar o rendimento dos artistas”.

**UMA NOVA ESPERANÇA**

Enquanto não se sabe ao certo o número de empreendedores culturais existentes no país, entre as mais de 100 mil empresas licenciadas, conforme dados avançados por Artur Pinheiro, quadro sénior do Ministério do Comércio, o coordenador comercial do Banco de Comércio e Indústria (BCI), João de Brito, reconhece que o sector da cultura tem sido “esquecido”, apesar de “constituir alavanca para a economia”.

Ao VALOR, João de Brito avança, no entanto, a possibilidade de, a curto prazo, o BCI começar a ceder crédito ao jovem empreendedor cultural, fruto de uma parceria com o Ministério da Juventude e Desportos.

Mas, tendo em conta muitos jovens não têm bens para servir de garantia, o responsável aconselha os empreendedores a optarem pelos pequenos negócios, até porque, justifica, “os grandes empresários começam com o pouco.”

Já Jofre dos Santos, director-geral do IAJ, assinalou as dificuldades apresentadas pelos jovens, tendo conseguido identificar, no evento, “projectos exequíveis”. O responsável garantiu assim ajudar a organizá-los e remetê-los à banca para o devido financiamento, “com vista a empoderar os fazedores de arte”.

A segunda edição do seminário terá lugar no município de Viana, no final de Abril. Neste primeiro, além do acesso ao crédito, foram debatidos ainda temas como as ‘Experiências de sucesso em iniciativas de cariz cultural e artístico’, ‘Como empreender com base na cultura e na arte’, e ‘Requisitos para o exercício de uma actividade comercial de cariz cultural’.

PUB

**Todas as segundas-feiras Angola tem mais...**

**MEMORIZE**

● A segunda edição do seminário terá lugar no município de Viana, no final de Abril. Neste primeiro, além do acesso ao crédito, foram debatidos ainda temas como as ‘Experiências de sucesso em iniciativas de cariz cultural e artístico’, ‘Como empreender com base na cultura e na arte’, e ‘Requisitos para o exercício de uma actividade comercial de cariz cultural’.

25

Pessoas trabalham no Espaço Aplausos de Cabingano Manuel, em Luanda.



dificuldades para termos acessos ao financiamento,” lamenta.

Por sua vez, Orlando Domingos, director da Associação Globo Dikulu, conta que teve de continuar “persistente e suportar os vários não” até concretizar, nos finais dos anos 1990, o Festeca (Festival Internacional de Teatro do Cazenga).

O empreendedor cultural considera existir um “vazio” ao incentivo cultural, razão pela qual chama atenção do Governo para o apoio aos empreendedores do sector e especifica a necessidade de criação da indústria cultural “porque gera lucros e Angola tem um rico mosaico cultural.”

Por seu lado, Euclides da Lomba, director nacional da Cultura, admitiu que a dificuldade enfrentada pelos fazedores de arte que tencionam empreender é explicada sobretudo pela ausência de “uma política virada ao desenvolvimento cultural”, e agudizada pelo apoio à cultura gerida “pela porta do cavalo.” O também músico dá exemplo do Fundo de Apoio à Cultura, cujos beneficiários “são próximos de quem tem o poder de decisão.”

“O Fundo de Apoio Cultural deve ser do conhecimento público, todos nós devemos ter igualdade de concorrer e saber quem teve



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792  
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola



# Marcas & Estilos



## TURISMO

### O templo da gastronomia

Perfeita para os amantes de futebol e não só, Manchester é conhecida como o berço da Revolução Industrial. É moderna e um destino perfeito para uma escapadela onde é possível misturar cultura e diversão. Outro factor é a paixão pelo futebol, com duas equipas famosas: o Manchester United e o Manchester City. O Copthorne Hotel Manchester oferece quartos modernos. É apelidada como o templo gastronómico. Um dos pratos tradicionais é o Fish and Chips, temperado com sal e vinagre de malte e molhos tradicionais ingleses.

## AUTOMÓVEL

### Aquém da inteligência humana

Esta é a personificação de um grande turismo. As proporções perfeitas e as formas puras consagram o E-Class como uma referência do design, da tecnologia moderna e da obra de arte que ultrapassa a inteligência humana. Nenhum outro ligeiro lhe vai garantir tanta dinâmica, conforto e segurança.

Este Mercedes Benz materializa o estilo moderno e atlético, o que torna impossível desviar o olhar do modelo, sempre nessa habitual graciosa discreta. Para uma sensação de espaço individual, estão disponíveis combinações de cor e de material.



### Vapores sensíveis

Premiado como o 'melhor Vaporizador Geral' da Gizmodo, este objecto prático é conhecido por fornecer o vapor mais suave e saboroso. É um dispositivo sensível ao ar e dá-lhe vapor limpo, saboroso e eficaz.



### Impressões duradouras

O conjunto de colares e brincos da Kundan, trabalhado em ouro detalhado e gotas de pérola de champagne de bom gosto, faz parte das apostas da Tikka. São objectos nupciais polidos, com 24 quilates de ouro em impressão duradoura.



### Para estar...

Abrace o poder com esta sofisticada cadeira, de assento trabalhado com um bonito e resistente linho bege. É a peça certa para o centro do 'palco', que pode estar oposto ao sofá na sala de estar.

## LIVROS



**NOAM CHOMSKY** analisa a influência dos centros de poder. Focando-se no papel dos EUA, China, Médio Oriente e Europa, Chomsky analisa a conjuntura mundial desde o fim da II Guerra Mundial, mostra como se distribuem os poderes no mundo.



**'FORÇA ANGOLA'**, livro de Daniel Ribant, apresenta figuras de várias nacionalidades: argelinos, ingleses, belgas, holandeses, portugueses, sul-africanos, suecos, suíços e angolanos, que viveram parte da história de Angola.

## AGENDA

### LUANDA

**10 DE MARÇO**  
As embaixadas da Bélgica e da RDC em Angola realizam o concerto do grupo musical Rumba Music, no centro cultural Brasil-Angola (CCBA), às 19h30.

**ENTRE 12, 17 E 24 DE MARÇO**  
'Cafés Ecológicos', no centro cultural Brasil-Angola (CCBA), entre as 18 e as 19 horas. Entradas gratuitas.

**12 DE MARÇO**  
Pop Show e Banda em concerto, no Memorial Dr. António Agostinho Neto, às 19 horas. Entradas gratuitas.

**27 E 28 DE MARÇO**  
1.ª Edição do Wafina Beauty Festival, no Centro de Convenções de Talatona.

**DE 27 DE MARÇO A 2 DE ABRIL**  
Embaixada Francesa e a Alliance Française de Luanda realizam a 3.ª edição do Festival de Cinema Francês, no Cinemax de Talatona. Exibição de quatro filmes recentes. Ingressos a 1.000 kwanzas.



# Ambiente



Segundo o estudo, a subida do nível do mar terá o maior impacto na Austrália.

ATÉ 2050, CONSEQUÊNCIAS PODERÃO SER JÁ VISÍVEIS

## 50% das praias do mundo podem desaparecer

**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.** Estudo conclui que, até 2100, cerca de metade das praias mundiais deverão sofrer um recuo da linha costeira de cerca de 100 metros, o que significa que desaparecerão, devido às alterações climáticas.

As alterações climáticas ameaçam cerca de metade das praias mundiais, que poderão mesmo desaparecer até ao final do século, alertou um estudo publicado esta segunda-feira no jornal científico Nature. Até 2050, as consequências poderão ser já visíveis, com as linhas costeiras a enfrentarem uma “erosão extrema” de 10 a 12%, tornando-se irreconhecíveis.

Segundo o estudo realizado pelo Centro Comum de Pesquisa da Comissão Europeia, em parceria com universidades portuguesas, espanholas e holandesas, a dimensão de praia perdida irá variar consoante a localização. Muitas das praias mais populadas, como a costa

este dos Estados Unidos, o sul da Ásia e a Europa Central, poderão sofrer um recuo da linha costeira de cerca de 100 metros até 2100.

Consideramos o limiar de 100 metros porque, se a erosão exceder 100 metros, isso significa que, muito provavelmente, a praia vai desaparecer”, explicou Michalis Voudoukas, co-autor do estudo, em declarações à CNN, numa visão que considera “conservativa”.

Para chegar a estas conclusões, os cientistas tiveram em conta o nível do mar ao longo do tempo, os processos naturais, como a erosão e a geologia das praias, e os factores humanos, como as construções. A subida do nível da água do mar, no entanto, deverá exceder todos os outros factores.

“A costa que vemos hoje é apenas um instante no tempo. As nossas praias, os nossos pânta-

nos e estuários recuam e avançam em resposta à mudança do nível do mar e fazem-no desde o início dos tempos”, afirmou Robert Young, um geólogo não envolvido no estudo, à CNN.

Quando o ser humano ocupa estas zonas, a capacidade de movimento e adaptação dessas praias é perturbada – as praias urbanizadas são as que mais sofrem, uma vez que têm edifícios e estradas muito próximos da linha do mar.

Alguns destes locais têm tentado reverter a situação, despejando várias toneladas de areia nas zonas mais afectadas ou construindo paredes que mantenham a areia existente do sítio. Segundo os cientistas, todas estas acções não conseguirão prevenir as consequências da subida do nível das águas e da intensificação das tempestades.

Neste momento, o que estamos a tentar fazer em todo o lado é manter a linha costeira no sítio. Mas ao longo das próximas décadas não seremos capazes de o fazer, mesmo que queiramos”, lamentou Young.

Segundo o estudo, a subida do nível do mar terá o maior impacto na Austrália, onde cerca de 50% do litoral do país deverá estar em risco até 2100. O Chile, a China, os Estados Unidos, a Rússia, o México e a Argentina também deverão enfrentar os mesmos perigos.

Apesar da previsão, os investigadores concluíram que os humanos ainda poderão reverter a situação. Com os cortes na poluição previstos pelos líderes mundiais, 22% das perdas previstas até 2050 poderão ser evitadas. O valor poderá aumentar para 40% até 2100 se o Acordo de Paris for cumprido.

### AQUECIMENTO

## Ursos polares mais magros devido ao degelo

Completamente dependentes do gelo marinho para sobreviver, os ursos polares estão a sofrer impactos consideráveis com o derretimento na região do Ártico. Um estudo publicado pela revista científica *Ecological Applications* aponta que os animais estão a ficar mais magros e a reproduzir-se menos devido à falta de gelo no seu habitat natural.

“Mudanças induzidas pelo clima no Ártico estão, claramente, a afectar os ursos polares. Eles são um ícone das mudanças climáticas, e também é um indicador precoce delas, já que são muito dependentes do gelo marinho”, explicou a autora do estudo, Kristin Laidre, professora da Universidade de Washington, em entrevista à CNN.

Laidre e outros pesquisadores acompanharam os movimentos de ursos polares na Baía de Baffin, na costa oeste da Gronelândia, durante dois períodos entre as décadas de 1990 e 2010. Foi constatado que, entre 2009 e 2015, os ursos passaram 30 dias a mais em terra do que no período entre 1991 a 1997. Isso porque o gelo está a derreter mais rápido e mais cedo do que deveria.





## NÚMEROS DA SEMANA

750

Milhões, valor que o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) vai disponibilizar, para financiar projectos de 15 cooperativas agrícolas, no Huambo.

26

Milhões de dólares, fundos que Angola aplica, mensalmente, na importação de arroz.

75

Mil cabeças de gado bovino do Chade vão entrar em Angola, num período de oito anos.

270

Pequenos e grandes produtores do Bié podem beneficiar de um financiamento do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

## EM FEVEREIRO

## Petrolíferas vendem 279 milhões USD à banca

A banca adquiriu, em Fevereiro, 279 milhões de dólares ao sector petrolífero, segundo nota do BNA divulgada na sua página, informando ainda que as negociações resultaram de 90 transacções, com a taxa média ponderada a registar-se nos 504,604 dólares.

Comparativamente ao mês de Janeiro, houve um aumento de 1,3 milhões de dólares, visto que, no primeiro mês, desde que os bancos passaram a poder comprar divisas ao sector petrolífero, se transaccionaram 277,7 milhões de dólares, além de 95 milhões de euros. A moeda europeia, entretanto, não consta nas negociações realizadas em Fevereiro, período em que se realizaram menos onze transacções do que em Janeiro.

Segundo o banco central, em Fevereiro, registaram-se ainda nove transacções no mercado interbancário, resultando na negociação de 22 milhões de dólares, com uma taxa média ponderada de 504,604 dólares, ou seja, a mesma taxa média das transacções entre o sector petrolífero e a banca.

A medida de as petrolíferas venderem directamente divisas à banca comercial foi adoptada a 29 de Novembro de 2019, mas só entrou em vigor a 2 de Janeiro de 2020. O banco central justificou a medida com a perseguição da normalização do mercado cambial. Na ocasião, o BNA decidiu também reduzir o limite da posição cambial dos bancos comerciais de 5,00 para 2,5%.



## EXPANSÃO DA ENERGIA ELÉCTRICA NO CENTRO-SUL

## BAD 'larga' USD 500 milhões

O Governo vai assinar "brevemente" um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) na ordem de 500 milhões de dólares para a implementação da primeira fase do Programa de Expansão e Eficiência do sector de Energia (ESEEP-1, na sigla em inglês), no centro e Sul do país. Joseph Ribeiro, representante do BAD em Angola, revelou à Angop que o pacote financeiro prevê o fortalecimento dos sistemas de transmissão e distribuição de energia eléctrica.

O concurso público internacional para essa empreitada, com três fases, já foi publicado pela Rede Nacional de Transporte (RNT), sendo que a primeira comporta a construção de 343 quilómetros da linha de transmissão de 400 Kilo-volts, melhoria da receita através da instalação de contadores pré-pagos e a gestão do programa para a concepção e implementação do projecto.

A RNT considera que "o programa reforçará a capacidade operacional da Ende e aumentará a capacidade do sistema de distribuição a nível do país", ao mesmo tempo que "mais famílias, indús-

trias e pequenas e médias empresas passarão a ter acesso à energia regular, fiável, menos onerosa e sustentável".

De acordo com a RNT, "são mais de 1.000 megawatts de potência eléctrica excedentária produzida pelas barragens hidroeléctricas do Kwanza-Norte e Malanje, bem como do ciclo combinado do Soyo (Zaire) que serão canalizados para o sistema no centro/sul". Todo esse esforço, para além de "contadores inteligentes", será secundado pela aquisição de transformadores de distribuição e soluções de 'despiste' e inspecções de fraude, de sistema de gestão entre outros de consultoria.

A segunda fase do programa prevê melhorias das receitas da Ende, com a instalação de 860 mil contadores pré-pagos inteligentes e a normalização de serviços para consumidores existentes. Ao mesmo tempo, serão instalados outros 400 mil pré-pagos para novos consumidores.

Já a última componente, ou seja, a terceira fase, engloba estudos de viabilidade para a linha do Ngove-Menongue, plano de acção de reassentamento para a linha de Menongue, gestão e fiscalização das obras.

## Produção "sem estatística fiável"

João Nkosi, chefe do departamento de economia do Ministério da Economia e Planeamento, mostrou-se, nesta segunda-feira, em Malanje, "preocupado" por se registar, "até ao momento, um considerável fluxo de importação de produtos já produzidos internamente", o que, no seu enten-

der, tem que ver com a "falta de estatísticas fiáveis da produção nacional e da comunicação entre produtores e comerciantes". Por isso, considera "urgente que ambas as partes dialoguem mais para concertar actuação".

Lembrando o Decreto 23/19 de 14 de Janeiro, que "não proíbe a importação de produtos da cesta básica, conforme paira no ar", mas sim "priorizar a produ-



ção interna sobre a importação e promover investimentos na cadeia de valor do sector agrícola", o responsável alertou "os produtores interessados a estruturarem projectos simples e bancáveis", sendo que "o Ministério tem, até ao início do segundo semestre, para levar as cooperativas à banca para serem financiadas com um valor máximo de 50 milhões de kwanzas".